

UM SISTEMA SEGURO DE INFRA
ESTRUTURA É O ÚNICO QUE PODE
E DEVE SER CONTROLADO



CONCLUSÕES VI SEMINÁRIO 2017

PARCEIROS: VOLVO - BRISA -
ORDEM DOS ENGENHEIROS

**AFESP-Associação Portuguesa
de Sinalização e Segurança
Rodoviária**

O EM SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

No dia 2 de Novembro de 2017, realizou-se em Lisboa o SEMINÁRIO EM SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA, organizado pela AFESP – Associação Portuguesa de Sinalização e Segurança Rodoviária, em parceria com a Volvo e a Brisa.

O Seminário teve o seu foco no tema “As Estradas que os Automóveis têm de ler. Desafio para a infraestrutura e sinalização” e funcionou em duas Sessões. Em cada Sessão foram apresentadas comunicações pelos Oradores Convidados e foi aberto um espaço de discussão que permitiu a intervenção dos Participantes no Seminário.

Com a duração de um dia, este encontro foi orientado para reunir uma vasta gama de intervenientes e de domínios do setor da engenharia rodoviária e da indústria automóvel e o sector empresarial da área da sinalização.

Mais do que uma aprofundada e exaustiva análise dos problemas que afetam a infraestrutura, as conclusões aqui vertidas constituem um testemunho significativo das múltiplas questões suscitadas nas sessões de trabalho, intensamente participadas ao longo do dia.

Elas espelham, ainda, o princípio de uma reflexão alargada a toda a classe da engenharia rodoviária e constituem a prova de que o sector das infraestruturas encontrou um espaço de diálogo.

Neste evento não foi descurado, antes debatido, o estado atual da sinalização. Se os novos veículos dependerão no futuro da infraestrutura física e digital, esta é essencial no presente para os meios tradicionais de circulação, num País que está em contra círculo e onde aumentam o número de vítimas mortais em acidentes rodoviários. Motivo pelo qual um dos grandes objetivos do encontro foi o de sensibilizar para a necessidade imperiosa de investir na infraestrutura e na sinalização das estradas portuguesas, adequada a ser lida e interpretada pelos vários tipos de utilizadores, hoje pelos veículos tradicionais, amanhã pelos veículos e automatizados e tecnologias incorporadas.

PRESSUPOSTOS

A sinalização não deve assumir um papel meramente secundário e deve assegurar a proteção dos utentes e veículos num sistema organizado.

A sinalização não deve continuar a ser secundária em relação aos restantes aspetos da intervenção da engenharia rodoviária.

O país não deve nem pode alhear-se do estado caótico da sinalização e do seu peso na sinistralidade.

Deve ser dada prioridade aos investimentos em sinalização sem perder de vista que o seu peso nos orçamentos é de baixo custo e a sua aplicação é rápida e com resultados imediatos.

Uma boa sinalização qualifica e enobrece os destinos a que se refere; aumenta o grau de reconhecimento e a imagem dum país, orienta no caminho e diminui a irritação dos que se

perdem; contraria os efeitos negativos de eventuais más opções urbanísticas ou constrangimentos naturais; é a parcela mais económica e de mais rápido retorno na segurança rodoviária, sobretudo num País que tende a ser um dos principais destinos turísticos mundiais.

A sinalização precisa de ser assegurada na performance, na harmonização e standardização, para padronizar dimensionamento e retrorreflexão.

A sinalização deve ser executada por empresas técnica e financeiramente sustentáveis, que garantam o cumprimento das especificações técnicas, dos regulamentos e da boa arte, com mecanismos de auto controle.

DAS COMUNICAÇÕES E DEBATE RESULTAM AS SEGUINTE CONCLUSÕES:

- Necessidade urgente de uma atualização do plano rodoviário. Isto inclui a publicação da revisão do regulamento de sinalização de trânsito.
- Urgência na implementação de medidas de conservação da rede rodoviária nacional e municipal e fortalecer a manutenção das *performances* mínimas.
- Dotar as vias de adequada sinalização e fortalecer a manutenção das *performances* mínimas que devem ser preservadas a qualquer custo.
- Criação efetiva, conhecedora e operante, de uma entidade reguladora e fiscalizadora da rede e dos sistemas de sinalização, reforçando mecanismos de sancionamento daquilo que é considerado má prática.
- Os instrumentos de Planeamento Estratégico Rodoviário têm de ser completamente atualizados e ser dado competência e meios para uma entidade técnica pública ser capaz de interpretar e conhecer os princípios básicos do Plano Rodoviário Nacional.
- Terá de ser definido, com base na legislação aplicável e nos documentos normativos nacionais IPQ, níveis de performance mínimos para a sinalização.
- Devem ser definidas classes de desempenho de acordo com requisitos normativos, e as práticas correntes do setor para a sinalização vertical e estabelecer mínimos de performance das marcas rodoviárias em ambiente chuvoso, noturno e sem iluminação.

REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DA SINALIZAÇÃO PORTUGUESA NO DECURSO DO SEMINÁRIO

- ❖ Portugal está longe das melhores práticas de sinalização.
- ❖ Existe um elevado e visível estado de incompetência técnica na execução das obras de sinalização, promotor das inseguras condições de circulação e, sobretudo, potencial gerador de um aumento gradual de acidentes, com eventual desfecho trágico que todos sabemos pode ser evitado quando controlado.
- ❖ Há um aumento do número de turistas e residentes estrangeiros a circular em autoestradas, com uma maior consciência dos direitos e mecanismos legais para, em sede de acidentes rodoviários, acionar reclamações e pedidos de indemnização por danos materiais e pessoais consequentes da má infra estrutura.
- ❖ A engenharia rodoviária, as ordens profissionais e o sector empresarial melhor qualificado têm sido afastados do centro da análise do problema e da procura de soluções.
- ❖

- ❖ O futuro coletivo, as vias de comunicação e as vidas que ali se perdem são demasiado importantes para que alguém possa ficar de fora nessa discussão.
- ❖ Os veículos autónomos vêm lançar novos desafios no futuro mas é o presente que mais preocupa e exige a atenção do Estado português: temos algumas das melhores estradas da europa mas temos a pior sinalização.

Lisboa, 2 de Novembro de 2017

AFESP